

HABEAS CORPUS Nº 491.133 - SP (2019/0027434-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **SOLANGE DE LOURDES NASCIMENTO PEGORARO E**
OUTRO
ADVOGADOS : **SOLANGE DE LOURDES NASCIMENTO PEGORARO -**
SP234059
JOYCE KELLY PEGORARO - SP358164
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **JUNYARA SILVA SARAIVA BARRETO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JUNYARA SILVA SARAIVA BARRETO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2009097-29.2019.8.26.0000)

Consta dos autos que a paciente foi preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes descritos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/06, 329, *caput*, 331, *caput*, 129, *caput*, c/c o art. 69, todos do Código Penal, pois, juntamente com outro comparsa, foi surpreendida com 32,28g (trinta e dois gramas e vinte e oito centigramas) de cocaína. Segundo a denúncia (e-STJ fls.163/164):

Consta ainda, que no dia 22 de dezembro de 2018, por volta das 17h30min, na Rua da Saudade, 1000, centro, nesta cidade e comarca de Monte Aprazível/SP, EDER HENRIQUE PAZ PEREIRA, qualificado a fls. 12, e JUNYARA SILVA SARAIVA BARRETO, qualificada a fls. 17, opuseram-se à execução de ato legal, mediante violência a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio.

Consta dos inclusos autos de Inquérito Policial que, no dia 22 de dezembro de 2018, por volta das 17h30min, na Rua da Saudade, 1000, centro, nesta cidade e comarca de Monte Aprazível/SP, EDER HENRIQUE PAZ PEREIRA, qualificado a fls. 12, e JUNYARA SILVA SARAIVA BARRETO, qualificada às fls. 17, desacataram funcionário público no exercício da função e em razão dela.

Consta dos inclusos autos de Inquérito Policial que, no dia 22 de dezembro de 2018, por volta das 17h30min, na Rua da Saudade, 1000, centro, nesta cidade e comarca de Monte Aprazível/SP, EDER HENRIQUE PAZ PEREIRA, qualificado a fls. 12, e JUNYARA SILVA SARAIVA BARRETO, qualificada às fls. 17, ofenderam a integridade corporal do policial militar Elder Rubens Ruella de Oliveira, causando nele lesões corporais de natureza leve.

Conforme o apurado, policiais militares faziam fiscalização de trânsito e deram sinal de parada para o denunciado. Os policiais

notaram que o condutor do veículo e a passageira apresentaram certo nervosismo e, ao verificar a documentação do automóvel, constataram que estava sem licenciamento, sendo comunicado aos denunciados que o guincho seria acionado para levar o veículo.

A denunciada, que estava na posse da chave do veículo, se recusou a entrega-la e começou a ofender o policial Elder, dizendo que “ele era um bosta, tinha uma farda de bosta e deveria tomar no cu”, apontando o dedo em sua direção. O policial empurrou a mão da denunciada e ela deferiu-lhe um tapa no rosto. Neste momento tentou contê-la e foi atingido por um soco no nariz desferido pelo denunciado. O policial Medeiros interveio, e acabou por gerar entrevero generalizado, que foi contido por populares que passavam pelo local.

Irresignada, a defesa impetrou prévio writ na origem objetivando a revogação da custódia cautelar. O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 47/48).

No presente writ, requerem as impetrantes, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória à paciente.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 212/213).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem (e-STJ fls. 245/250).

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA

TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, **não conheço do *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator